



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

RELATÓRIO E CONTAS

2018



ÍNDICE

1 – Relatório de Gestão;

2 – Demonstrações Financeiras Obrigatórias:

- **Balanço;**
- **Demonstração de Resultados por Natureza;**
- **Demonstração de Resultados por Funções;**
- **Mapa de Fluxos de Caixa;**
- **Mapa de Variação nos Fundos Próprios;**
- **Anexo;**

6 – Mapa Controle Orçamental;

7 – Acta da Assembleia Geral de Aprovação de Contas;

8 – Balancetes;

9 – Pessoal ao Serviço/Resultados por Valências;

10 - Documentos Complementares de Prestação de Contas;



RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução

Através do presente relatório, vem a Mesa Administrativa, dar conhecimento à Assembleia Geral da Irmandade e terceiros que com a Santa Casa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2018, cumprindo assim com o estipulado no artº. 32º do Compromisso:

Enquadramento

A Santa Casa da Misericórdia de Tarouca tem assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, no âmbito da solidariedade social, desenvolvendo esses aspetos de atuação sob a forma de um modelo humanista. Assume assim, uma importância social e económica de relevo na nossa comunidade.

A ação de solidariedade social exercida pela Santa Casa não se encerra apenas no setor da segurança social, abrangendo igualmente domínios como a saúde e a educação e bem assim no apoio e resposta a necessidades sociais de indivíduos e famílias mais vulneráveis, por via da sua proximidade da sociedade e por esse efeito, com capacidade para dar resposta mais eficaz a situações de emergência social.

Evolução da atividade

1- Desenvolvimento da atividade social



d

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

- 1.1- Valencia: Infância
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 153 utentes e contou com a colaboração em media de 26 funcionários.
- 1.2- Valencia: Terceira Idade
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 122 utentes e contou com a colaboração em media de 70 funcionários.
- 1.3- Valencia: Unidade de Saude / Fisioterapia / Lar Residencial
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 31 utentes e contou com a colaboração em media de 29 funcionários
- 1.4- Valencia: CAO – Centro de Atividade Ocupacional
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 22 utentes e contou com a colaboração em media de 6 funcionários
- 1.5- Valencia: RLIS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS
A atividade desta valência foi prestada a diversas pessoas e famílias e contou com a colaboração em media de 3 funcionários.
- 1.6- Equipa R.S.I – Protocolo c/ Segurança Social
Fazemos o acompanhamento a 244 famílias nos concelhos de Tarouca e Lamego, com a colaboração de 6 funcionárias.
- 1.7- Cantina Social
Fornecemos em média 45 refeições diárias a pessoas necessitadas

2- Evolução da situação económica e financeira

A atividade da Santa Casa evoluiu de forma bastante boa no exercício de 2018, apesar do clima de incerteza em que ainda vivemos.

Assim, com todas as dificuldades naturais, a Santa Casa diminuiu os seus proveitos correntes em pelo menos 4,22% relativamente a 2017,



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA
Tendo um aumento dos gastos que foi de 4,65%, terminando com um resultado operacional negativo (-208.975,59€).

**A OCUPAÇÃO MÉDIA NO ANO DE
2018 FOI A SEGUINTE:**

Área	Resposta Social	Capacidade	Ocupação	Lista	Observações
Apoio a 3ª. Idade	Lar de Idosos	60	60	50	48 Comparticipados
	Apoio Domiciliário	58	38	0	30 Comparticipados
	Centro de Dia	30	22	0	16 Comparticipados
Família e Comunidade	Infantário	50	49	0	30 Comparticipados
	Creche	66	66	0	66 Comparticipados
	ATL	40	40	0	15 Comparticipados
	Lar Residencial	9	9	15	9 Comparticipados
	CAO	22	22	2	20 Comparticipados
	RSI-Equipa Multidisciplinar	244 Famílias	244 Famílias	n.a.	n.a.
	Cantina Social	45 Refeições/dia	45 Refeições/dia	n.a.	34 Comparticipadas
Saúde	Clínica de Fisioterapia	n.a.	n.a.	n.a.	Protocolos apenas com seguradoras e atendimento a particulares
	Unidade de Saúde	20	Variável	n.a.	Cuidados continuados; 15 Comparticipados



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ORIGINANDO OS RESULTADOS DISTRIBUIDOS PELAS VALÊNCIAS COMO SE DISCRIMINA:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Accção Social	Saude	Outras	PERÍODOS	
					2018	2017
Vendas e serviços prestados		968.392,13	554.988,15	9.458,22	1.532.838,50	1.491.039,43
Custo das vendas e dos serviços prestados		1.694.629,42	403.580,00	137.327,78	2.235.537,20	2.127.479,48
Resultado bruto		(726.237,29)	151.408,15	(127.869,56)	(702.698,70)	(636.440,05)
Outros rendimentos		1.022.954,41	9.498,26	145.716,70	1.178.169,37	1.339.194,91
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	-	-
Gastos administrativos		443.103,46	165.669,33	69.415,89	678.188,68	654.722,48
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	-	-
Outros gastos		3.519,95	4.502,75	3.523,17	11.545,87	5.750,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(149.906,29)	(9.265,67)	(55.091,92)	(214.263,88)	42.282,14
Gastos de financiamento (líquidos)		23.409,79	716,82	0,00	24.126,61	26.537,64
Resultados antes de impostos		(173.316,08)	(9.982,49)	(55.091,92)	(238.390,49)	15.744,50
Resultado líquido do período		(173.316,08)	(9.982,49)	(55.091,92)	(238.390,49)	15.744,50

MAPA COMPARATIVO DE GANHOS E PERDAS E VARIAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2017

MAPA COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

DEZEMBRO DE 2016/2017/2018

Conta	Descrição	2016	Varição	2017	Varição	2018	Varição	Orçamento
	PROVEITOS:							
71	Vendas	9.319,40	-57,00%	4.007,35	-60,63%	1.577,87	-60,55%	4.000,00
72	Prestações de Serviços	1.469.486,18	1,19%	1.487.032,08	2,97%	1.531.260,63	4,24%	1.469.000,00
74	Trabalhos P/P própria Entidade	6.106,17	-4,69%	5.819,55	13,99%	6.633,66	-5,23%	7.000,00
75	Subsídios à Exploração	1.038.941,17	9,83%	1.141.081,23	-6,75%	1.064.070,45	-4,37%	1.112.714,26
78	Outros Rendimentos Ganhos	67.756,41	183,79%	192.283,96	-44,12%	107.449,03	-55,27%	240.241,23
79	Juros, Divid. Rend. Similares	17,99	-43,47%	10,17	59,59%	16,23	-96,75%	500,00
Totais...		2.591.627,32	9,21%	2.830.234,34	-4,21%	2.711.007,87	-4,32%	2.833.455,49
	CUSTOS:							
61	Custo Mercad. Materias Consumidas	383.770,81	2,44%	393.135,83	8,75%	427.543,94	14,07%	374.800,00
62	Fornecimentos Serviços Externos	566.688,07	-5,83%	533.663,50	2,14%	545.077,56	3,18%	528.300,00
63	Gastos Com o Pessoal	1.455.707,70	19,14%	1.734.343,65	4,25%	1.807.993,26	3,75%	1.742.645,00
64	Gastos Depreciação Amortização	126.661,67	-5,95%	119.129,45	7,05%	127.532,39	8,08%	118.000,00
65	Perdas Por Imparidade	5.296,36	0,00%	0,00	100,00%	3.058,34	0,00%	0,00
68	Outros Gastos e Perdas	9.619,17	-20,16%	7.679,77	83,16%	14.066,26	81,50%	7.750,00
69	Gastos Perdas Financiamento	30.240,41	-12,24%	26.537,64	-9,09%	24.126,61	-7,21%	26.000,00
Totais...		2.577.984,19	9,17%	2.814.489,84	4,79%	2.949.398,36	5,43%	2.797.495,00
	Resultados ...	13.643,13	15,40%	15.744,50	-1614,12%	-238.390,49		35.960,49



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

É de realçar a contenção que se verifica nos gastos, controláveis, uma vez que ao nível dos encargos com pessoal tal não é possível porque a nossa missão assenta sobre tudo, nos cuidados personalizados que prestamos.

No que respeita à estabilidade financeira da Santa Casa no longo prazo, todos os indicadores apontam no futuro manterá a performance que tem conseguido.

Estrutura de capitais

	2018	2017
<u>Estrutura de Capitais:</u>		
Autonomia Financeira	43,50%	49,95%
Solvabilidade Financeira	77,00%	99,81%
Endividamento	56,50%	50,05%
Capacidade de Endividamento	63,00%	69,00%
Liquidez Geral	50,00%	64,00%

A Santa Casa apresenta assim uma estrutura de capitais adequada e que lhe permitem funcionar de forma equilibrada.

O que se poderá confirmar com a informação relativa à forma como paga e recebe

	2018	2017
<u>Rácios de Funcionamento:</u>		
Prazo médio de Recebimentos (dias)	46,59	56,07
Prazo Médio de Pagamentos /(dias)	49,96	46,06
Prazo Médio de Stockagem (dias)	19,59	25,83

3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A Mesa administrativa, face ao prejuízo verificado neste exercício ponderou as expectativas futuras, e concluiu que:

A atividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, tem um cariz social de importância fundamental na nossa sociedade, especialmente neste concelho por razões evidentes, quer na área da saúde, cuidados continuados, nos cuidados com a assistência à terceira idade, e na infância, quer no apoio à família e enquanto empregadora, o equilíbrio familiar que isso, significa.

Temos assim a expectativa futura da necessidade dos nossos serviços, mas também sabemos que a sua procura vai aumentar, pelo que isso se traduzirá num aumento dos rendimentos, contando para isso com o alargamento da área dos cuidados de saúde, crescimento das valências de índole de apoio social, comparticipadas pelo Estado.

Paralelamente este aumento de nível de atividade será acompanhado por um cuidado acrescido na racionalização de recursos disponíveis, quer ao nível dos gastos com pessoal quer dos consumos.

Dado o nosso comportamento financeiro, com o cumprimento escrupuloso dos nossos compromissos esperamos continuar a obter o apoio das instituições que nos têm apoiado.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do exercício, que ascendeu a **-238.390,49€**, Negativo, fique em Resultados Transitados.



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

7 - AGRADECIMENTOS

A Mesa Administrativa aproveita a oportunidade para agradecer a todos os Irmãos, Colaboradores, demais entidades que com ela se relacionaram.

Tarouca, 11 de Março de 2019

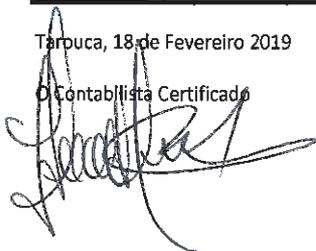
A Mesa Administrativa,

Balço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,1	2.692.661,84	2.708.037,66
Investimentos financeiros	3,3	12.598,24	1.007,48
Subtotal		2.705.260,08	2.709.045,14
Ativo corrente			
Inventários	3,5	32.586,71	29.940,11
Créditos a Receber	9	223.867,03	231.160,63
Estado e outros Entes Públicos	10	12.975,42	10.808,20
Diferimentos	11	36.387,63	38.324,51
Outros Ativos Correntes	12	158.894,76	248.266,90
Caixa e depósitos bancários	3,1	28.328,40	32.044,01
Subtotal		493.039,95	590.544,36
Total do Ativo		3.198.300,03	3.299.589,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	13	1.064.886,03	1.049.141,53
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13	564.873,39	583.306,59
Resultado Líquido do período	13	(238.390,49)	15.744,50
Total dos fundos patrimoniais		1.391.368,93	1.648.192,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3,16	849.187,23	725.040,00
Subtotal		849.187,23	725.040,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14	156.224,88	139.115,37
Estado e outros Entes Públicos	10	42.401,11	40.615,73
Financiamentos obtidos	13,1	466.949,86	436.859,81
Outros passivos Correntes	15	292.168,02	309.765,97
Subtotal		957.743,87	926.356,88
Total do passivo		1.806.931,10	1.651.396,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.198.300,03	3.299.589,50

Tarouca, 18 de Fevereiro 2019

O Contabilista Certificado



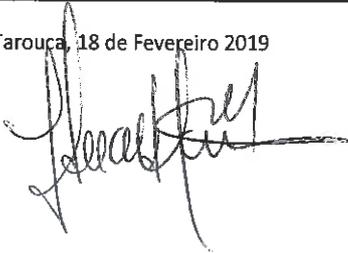
A MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		1.532.838,50	1.491.039,43
Subsídios, doações e legados à exploração		1.064.070,45	1.141.081,23
Trabalhos para a própria entidade		6.633,66	5.819,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(427.543,94)	(393.135,83)
Fornecimentos e serviços externos		(545.077,56)	(533.663,50)
Gastos com o pessoal		(1.807.993,26)	(1.734.343,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões		(3.058,34)	-
Outros rendimentos		107.449,03	192.283,96
Outros gastos		(14.066,26)	(7.679,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(86.747,72)	161.401,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(127.532,39)	(119.129,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(214.280,11)	42.271,97
Juros e rendimentos similares obtidos		16,23	10,17
Juros e gastos similares suportados		(24.126,61)	(26.537,64)
Resultados antes de impostos		(238.390,49)	15.744,50
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(238.390,49)	15.744,50

Tarouca, 18 de Fevereiro 2019

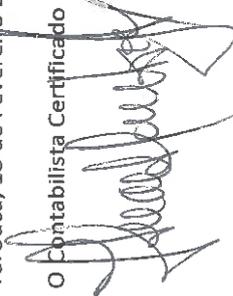



Demonstração dos Resultados por Funções

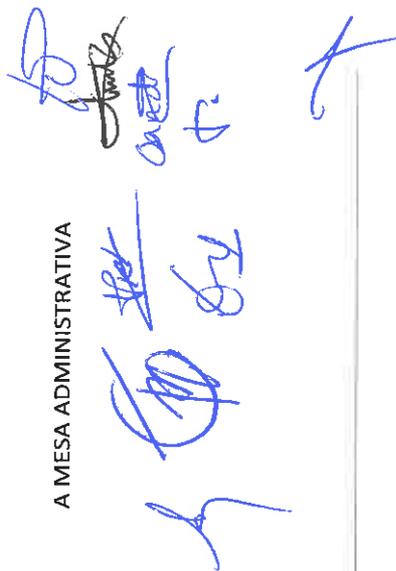
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		1.532.838,50	1.491.039,43
Custo das vendas e dos serviços prestados		2.235.537,20	2.127.479,48
Resultado bruto		(702.698,70)	(636.440,05)
Outros rendimentos		145.716,70	1.339.194,91
Gastos de distribuição		0,00	-
Gastos administrativos		69.415,89	654.722,48
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	-
Outros gastos		3.523,17	5.750,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(214.263,88)	42.282,14
Gastos de financiamento (líquidos)		24.126,61	26.537,64
Resultados antes de impostos		(9.982,49)	15.744,50
Resultado líquido do período		(9.982,49)	15.744,50

Tarouca, 18 de Fevereiro 2019

O Contabilista Certificado



A MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1.541.777,14	1.478.033,67
Pagamento a fornecedores		(920.554,94)	(912.455,23)
Pagamentos ao pessoal		(1.784.266,11)	(1.687.389,16)
Caixa gerada pelas operações		(1.163.043,91)	(1.121.810,72)
Outros recebimentos/pagamentos		1.178.050,70	1.165.183,56
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		15.006,79	43.372,84
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(104.234,41)	(46.521,19)
Investimentos Financeiros		(11.590,76)	
Recebimentos Provenientes de:			
Outros Activos		5.868,47	5.553,40
Juros e rendimentos similares		16,23	10,17
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(109.940,47)	(40.957,62)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		115.344,68	29.264,01
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(24.126,61)	(26.537,64)
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		91.218,07	2.726,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(3.715,61)	5.141,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		32.044,01	26.902,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28.328,40	32.044,01

Tarouca, 18 de Fevereiro 2019

O Contabilista Certificado



A MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

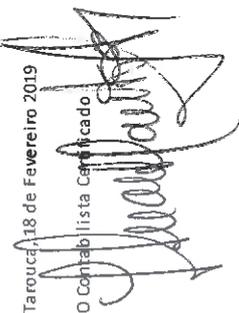
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Índice

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total		Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		-	-	-	1.035.498,40	-	-	605.147,78	13.643,13	1.654.289,31	-	1.654.289,31	-	1.654.289,31	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO EXTENSIVO															
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO															
Fundos															
Subsídios, doações e legados															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO ANO 2017		-	-	-	13.643,13	-	-	(21.841,19)	13.643,13	1.654.289,31	-	1.654.289,31	-	(21.841,19)	
		-	-	-	13.643,13	-	-	(21.841,19)	13.643,13	1.654.289,31	-	1.654.289,31	-	(21.841,19)	
		-	-	-	1.049.141,53	-	-	583.306,59	15.744,50	1.648.197,62	-	1.648.197,62	-	15.744,50	
		-	-	-	1.049.141,53	-	-	583.306,59	15.744,50	1.648.197,62	-	1.648.197,62	-	15.744,50	

Tarouca, 18 de Fevereiro 2019

O Contabilista Certificado



A MESA ADMINISTRATIVA



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras alter. recon. nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período					
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018		-	-	-	1.049.141,53	-	-	-	-	583.306,59	15.744,50	1.654.289,31	-	1.648.192,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO EXTENSIVO														
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos														
Subsídios, doações e legados					15.744,50									
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018		-	-	-	15.744,50	-	-	-	(18.433,20)	(15.744,50)	1.654.289,31	-	1.391.368,93	
18 de Fevereiro 2019														
Contabilista Certificado														

A Mesa Administrativa



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

CUSTO MENSAL DE UTENTE POR VALENCIA NO ANO DE 2018

Área	Resposta Social	Ocupação	Custo Anual da Valencia	Custo Mensal por Utente	Observações
Apoio a 3ª. Idade	Lar de Idosos	60	910.126,43€	1.264,06€	
	Apoio Domiciliário	38	265.085,90€	581,33€	
	Centro de Dia	22	88.730,35€	336,10€	
Família e Comunidade	Infantário	49	180.369,13€	306,75€	
	Creche	66	300.821,03€	379,82€	
	ATL	40	94.918,22€	197,75€	
	Lar Residencial	9	123.734,63€	1.145,69€	
	CAO	22	126.383,42€	478,73€	

Tarouca, 28 de Fevereiro de 2019

O Contabilista,



A

[Handwritten signatures in blue ink]

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

SANTA CASA DA MISERICORDIA

TAROUCA

Demonstrações Financeiras

Individuais

ADMINISTRAÇÃO 2018



A

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Índice

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	5	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017	7	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018	7	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8	
ANEXO	9	
1	Identificação da entidade e período de relato	9
1.1	Designação da entidade	9
1.2	Sede	9
1.3	Natureza da atividade	9
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
2.1	Indicação do referencial contabilístico	10
2.2	Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	11
3	Políticas contabilísticas	12
3.1	Ativos fixos tangíveis	13
3.2	Loações	13
3.3	Investimentos financeiros	13
3.4	Ativos não correntes	14
3.5	Inventários	14
3.6	Créditos a receber	15
3.7	Estado outros entes públicos e imposto sobre o rendimento	15
3.8	Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros	16
3.9	Acréscimos e diferimentos	16
3.10	Caixa e depósitos bancários	17
3.11	Imparidade de ativos	18
3.12	Fundos patrimoniais	19
3.13	Excedentes de revalorização	19
3.14	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	19
3.15	Passivos não correntes	19
3.16	Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	20
3.17	Outras dívidas a pagar e fornecedores	21
3.18	Vendas e prestação de serviços	21
3.19	Subsídios	22
3.20	Benefícios dos empregados	23
3.21	Rendimentos financeiros	23
3.22	Juizados de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	24
3.23	Principais pressupostos relativos ao futuro	24
4	Fluxos de caixa	25
4.1	Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	25
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	25
5	Ativos fixos tangíveis	25



4

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	25
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	26
6	Locações	28
6.1	Locações financeiras	28
6.2	Locações operacionais	29
7	Investimentos financeiros	30
8	Inventários	30
8.1	Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	30
8.2	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	30
8.3	Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período	1
9	Créditos a receber	31
10	Estado e outros entes públicos	31
11	Diferimentos	32
12	Outros ativos	32
13	Fundos	33
13	Resultados transitados	33
13	Outras variações nos capitais próprios	32
13	Financiamentos obtidos	33
13.1	Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período	33
13.1	Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos	33
14	Fornecedores	34
15	Outros passivos	34
16	Venda e prestação de serviços	34
17	Subsídios, doações e legados à exploração	35
18	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	36
19	Gastos com pessoal	36
20	Outros rendimentos	36
21	Outros gastos	38
22	Juros e rendimentos similares obtidos	38
23	Juros e gastos similares suportados	38
24	Acontecimentos após a data do balanço	39
24.1	Autorização para emissão	39
24.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	39



[Handwritten mark]

[Handwritten signatures and stamps]

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

25	Divulgações exigidas por diplomas legais	39
26	Outras informações	39
27	<i>Termo de responsabilidade</i>	40



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Euro	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,1	2.692.661,84	2.708.037,66
Investimentos financeiros	3,3	17.598,74	1.007,48
		2.705.260,08	2.709.045,14
Ativo corrente			
Inventários	3,5	32.586,71	29.940,11
Créditos a receber	9	223.867,03	231.160,63
Estado e outros entes públicos	10	17.975,42	10.808,20
Diferimentos	11	36.387,63	38.324,51
Outros ativos correntes	12	158.894,76	248.266,90
Caixa e depósitos bancários	3,1	28.328,40	32.044,01
		493.039,95	590.544,36
Total do ativo		3.198.300,03	3.299.589,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Resultados transitados	13	1.064.886,03	1.049.141,53
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15	564.873,39	583.306,59
Resultado líquido do período	13	-238.390,49	15.744,50
Total dos fundos patrimoniais		1.391.368,93	1.648.192,62
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3,16	849.187,23	725.040,00
		849.187,23	725.040,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14	156.224,88	139.115,37
Estado e outros entes públicos	10	42.401,11	40.615,73
Financiamentos obtidos	13,1	466.949,86	436.859,81
Outros passivos correntes	15	792.168,02	309.765,97
		957.743,87	926.356,88
Total do passivo		1.806.931,10	1.651.396,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.198.300,03	3.299.589,50

Mesa Administrativa

Contabilista Certificada Contabilista Certificada



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade monetária: Euro

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	16	1.532.838,50	1.491.039,43
Subsídios, doações e legados à exploração	17	1.064.070,45	1.141.081,23
Trabalhos para a própria entidade	17	6.633,66	5.819,55
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-427.543,94	-393.135,83
Fornecimentos e serviços externos	18	-545.077,56	-533.663,50
Gastos com o pessoal	19	-1.807.993,26	-1.734.343,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-3.058,34	-
Outros rendimentos	20	107.449,03	192.283,96
Outros gastos	21	-14.066,26	-7.679,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-86.747,72	161.401,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-127.532,39	-119.129,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-214.280,11	42.271,97
Juros e rendimentos similares obtidos	22	16,23	10,17
Juros e gastos similares suportados	23	-24.126,61	-26.537,64
Resultado antes de impostos		-238.390,49	15.744,50
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		-238.390,49	15.744,50

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

Unidade monetária: Euro

Descrição Período de 2017	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							Total
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017				1.649.141,53		605.147,78	33.643,13	1.654.289,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							15.744,50	15.744,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações				13.643,13		-21.841,19	-13.643,13	-21.841,19
				13.643,13		-21.841,19	-13.643,13	-21.841,19
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017				1.649.141,53		583.306,59	49.744,50	1.648.192,62

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

Unidade monetária: Euro

Descrição Período de 2018	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							Total
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018				1.049.141,53		583.306,59	15.744,50	1.648.192,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							-238390,49	-238390,49
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações				15744,50		-18433,20	-15744,50	-18433,20
				15744,50		-18433,20	-15744,50	-18433,20
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018				1.064.886,03		564.873,39	-238.390,49	1.391.368,93

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	Unidade monetária: Euro	
	31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos dos clientes e utentes	1.541.777,14	1.478.033,67
Pagamentos a fornecedores	-920.554,94	-912.455,23
Pagamentos ao pessoal	-1.784.266,11	-1.687.389,16
Caixa gerada pelas operações	-1.163.043,91	-1.121.810,72
Outros recebimentos/pagamentos	1.178.050,70	1.165.183,56
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	15.006,79	43.372,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-104.234,41	-46.521,19
Investimentos financeiros	-11.590,76	-
	-115.825,17	-46.521,19
Recebimentos provenientes de:		
Outros Activos	5.868,47	5.553,40
Juros e rendimentos similares	16,23	10,17
	5.884,70	5.563,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-109.940,47	-40.957,62
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	115.344,68	29.264,01
	115.344,68	29.264,01
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-24.126,61	-26.537,64
	-24.126,61	-26.537,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	91.218,07	2.726,37
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	-3.715,61	5.141,59
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	32.044,01	26.902,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	28.328,40	32.044,01

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten mark]

[Handwritten signatures]
Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

1.2 Sede

Rua de S. Miguel 3610-143 TAROUCA

1.3 Natureza da atividade

A “Santa Casa da Misericórdia de Tarouca” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 145 de 26/06/2000, Série III, sendo o registo de alterações efectuado em 01/02/2016, pelo averbamento n.º 3, à inscrição N.º 41/85, a fls.23 e 23 verso do Livro N.º 2 das Irmandades da Misericórdia, com sede em “Tarouca – Rua de S. Miguel”. Tem como atividade “Apoio Social para Pessoas Idosas, com e sem alojamento, Crianças e Jovens sem alojamento, Deficiência, Unidade de Saúde e Fisioterapia e Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS (RLIS)” para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Em especial na área social, a Irmandade da Misericórdia exerce a sua acção através das 14 Obras de Misericórdia, (tanto as corporais como as espirituais), nas áreas da educação, da saúde, da cultura, entre outras, através da criação, organização e gestão de serviços e obras sociais, como estabelecimentos, equipamentos, estruturas residenciais e outras valências, designadamente:
 - À Infância e Juventude, em especial a crianças e jovens em perigo ou com deficiência;
 - Às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem abrigo e a vítimas de violência doméstica;
 - Apoio e protecção à família e comunidade em geral;
 - Apoio à integração social e comunitária;
 - Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspectiva curativa de reabilitação e reintegração;
 - Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, assim como a instalação de biblioteca;
 - Promoção da educação, da formação profissional, da cidadania e igualdade de direitos e oportunidades;
 - Agricultura e recursos naturais.



2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, atotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.



Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL; e
- Mapas de Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.



f

3 Políticas contabilísticas

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.14). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação (Intervalo)
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Equipamentos biológicos	0	0,00%
Outros ativos fixos tangíveis	0	0,00%



[Handwritten mark]

[Handwritten signatures]

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

3.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Entidade age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

3.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir.



3.4 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

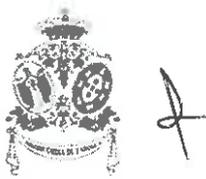
Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

3.5 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é Custo Médio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários



(perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.6 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.11) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como "Ativo Corrente", no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

3.7 Estado outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*



A

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.8 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.14)

3.9 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

rubricas “Outros ativos correntes” e “Outras passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.



[Handwritten mark]

[Handwritten signatures]

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

3.11 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

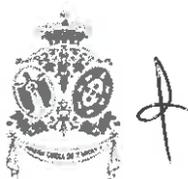
Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.12 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.13 Excedentes de revalorização

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem.

3.14 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

3.15 Passivos não correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;



R

- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras

3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;



R

- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.18 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem



9

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

incorridos referentes à transação possam ser fíavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.19 Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais



†

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, conseqüentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



A

3.21 Rendimentos financeiros

Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

3.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 incluem:

Análise às perdas por imparidade dos ativos;

Estimativa para férias e subsídio de férias e respectivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



+

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	2.560,90	2.436,21
Depósitos à ordem	25.518,11	26.358,41
Depósitos a prazo	249,39	3.249,39
Total de caixa e depósitos bancários	28.328,40	32.044,01
Total de caixa e seus equivalentes (DFC)	28.328,40	32.044,01

5 Ativos fixos tangíveis

5.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de



A

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

5.1 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Outros Ativos Fixos Tangíveis						
31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	198.758,63	-	-	-	-	198.758,63
Edifícios e outras construções	3.309.771,20	20.647,58				3.330.418,78
Equipamento básico	867.336,02	27.869,79				895.205,81
Equipamento de transporte	355.243,05		(10.877,12)			344.365,93
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	216.601,86	850,59				217.452,45
Outros Ativos fixos tangíveis	77.599,51	13.849,90				91.449,41
Total	5.025.310,27	63.217,86	(10.877,12)	-	-	5.077.651,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	32,38	-	-	-	-	32,38
Edifícios e outras construções	1.123.034,85	67.450,84	-			1.190.485,69
Equipamento básico	634.945,48	22.526,07				657.471,55
Equipamento de transporte	268.553,65	24.898,92	(10.877,12)			282.575,45
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	202.920,34	3.584,01				206.504,35
Outros Ativos fixos tangíveis	31.874,32	669,61				32.543,93
Total	2.261.361,02	119.129,45	(10.877,12)	-	-	2.369.613,35
Perdas por Imparidade Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-



31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	198.758,63	-	-	-	-	198.758,63
Edifícios e outras construções	3.330.418,78	1.894,20				3.332.312,98
Equipamento básico	895.205,81	32.831,93				928.037,74
Equipamento de transporte	344.365,93	64.821,00				409.186,93
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	217.452,45	277,51				217.729,96
Outros Ativos fixos tangíveis	91.449,41	11.043,43				102.492,84
Total	5.077.651,01	110.868,07	-	-	-	5.188.519,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	32,38	-	-	-	-	32,38
Edifícios e outras construções	1.190.485,69	65.972,94				1.256.458,63
Equipamento básico	657.471,55	25.949,66		(515,00)		682.906,21
Equipamento de transporte	282.575,45	33.012,00				315.587,45
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	206.504,35	2.531,40		(773,50)		208.262,25
Outros Ativos fixos tangíveis	32.543,93	66,39				32.610,32
Total	2.369.613,35	127.532,39	-	(1.288,50)	-	2.495.857,24
Perdas por Imparidade Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

6 Locações

6.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos:

Nº contrato	Bem locado	Locadora	Data de Inicio	Data do fim	Valor do contrato	Pagamentos mínimos até 31.12.2018	Valor em dívida em 31.12.2018	Valor em dívida em 31.12.2017	Outros
50889	Viatura 59-NG-32	Locarent	01-11-2012	01-11-2018	12.422,77	12422,77	0,00	2538,75	
61040	Viatura 55-PH-27	Locarent	01-01-2015	01-01-2020	14.105,69	9229,28	4.876,41	7484,85	
61063	Viatura 55-PH-36	Locarent	01-01-2015	01-01-2020	20040,65	14131,22	5.909,43	9861,65	
Total					46.569,11	35.783,27	10.785,84	19.885,25	0,00



A

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
 Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
 31 Dezembro de 2018

Exigibilidade corrente e não corrente dos valores em dívida (dos pagamentos mínimos futuros):

Locações financeiras	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos mínimos até 1 ano	10.785,84	8.511,91
Passivo corrente	10.785,84	8.511,91
Pagamentos mínimos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	0,00	11.373,34
Pagamentos mínimos mais de 5 anos		
Passivo não corrente	0,00	11.373,34
Valores em dívida (Pagamentos mínimos futuros)	10.785,84	19.885,25
Pagamento de juros futuros	908,00	1.674,03

6.2 Locações operacionais

Total dos futuros pagamentos mínimos:

Locações operacionais	31.12.2018	31.12.2017
Não mais de 1 ano	2.502,81	10.220,27
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	0,00	8.763,91
Mais do que 5 anos	0,00	0,00
Total	2.502,81	18.984,18

Descrição geral dos acordos de locação operacional significativos:

Nº contrato	Item locado	Locadora	Data de início	Data do fim	Valor do contrato	Rendas pagas até 31.12.2017	Rendas pagas em 2018	Rendas vincendas	Outros
78318	Viatura 98-OX-01	Mercedes Financial	04-07-2014	01-12-2018	19.512,20	16778,76	2733,44	0,00	
2061873	Viatura 98-OF-03	Novo Banco	02-01-2014	02-01-2019	28.455,28	22853,65	5598,82	2,81	
95304	Viatura 11-Q7-29	Mercedes Financial	22-02-2016	02-03-2019	25.000,00	17.500,00	5.000,00	2.500,00	
Total					72.967,48	57.132,41	13.392,26	2.502,81	0,00



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7 Investimentos financeiros

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2018	31-12-2017
Fundo de compensação de trabalho (ao justo valor)	11.590,76	-
Títulos da Caixa Crédito Agrícola Beira Douro	1.007,48	1.007,48
	-	-
Total	12.598,24	1.007,48

8 Inventários

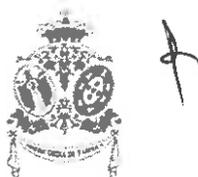
8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

A Instituição adota como fórmula de custeio dos seus inventários o custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	32.586,71	29.940,11
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	32.586,71	29.940,11
Perdas por imparidade	-	-
Total	32.586,71	29.940,11

apropriadas:



8.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	2018			2017		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial		29.940,11	29.940,11		37.897,44	37.897,44
Perdas por imparidade em inventários		-	-		-	-
Compras		431.402,40	431.402,40		387.108,03	387.108,03
Subcontratos		-	-		-	-
Reclassificação e regularização de inventários		-1.335,36	-1.335,36		-1.929,53	-1.929,53
Inventário final		32.586,71	32.586,71		29.940,11	29.940,11
Custo das mercadorias vend e mat consumidas		427.420,44			393.155,83	

9 Créditos a receber

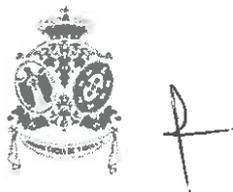
Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31-12-2018			31-12-2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes	0,00	77.585,17	77.585,17	0,00	78.796,78	78.796,78
Cientes	0,00	146.281,86	146.281,86	0,00	152.363,85	152.363,85
Total ativo		223.867,03	223.867,03		231.160,63	231.160,63

10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2018			31-12-2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	12.975,42	12.975,42	0,00	10.808,20	10.808,20
Total ativo	-	12.975,42	12.975,42	-	10.808,20	10.808,20
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	8.796,10	8.796,10	0,00	8.654,44	8.654,44
Contribuições para a segurança social	0,00	32.869,58	32.869,58	0,00	31.961,29	31.961,29
Comparticipações para o FCT e FGCT	0,00	735,43	735,43	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do passivo	-	42.401,11	42.401,11	-	40.615,73	40.615,73



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
 Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
 31 Dezembro de 2018

11 Diferimentos:

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	7.152,32	8.453,66
Despesas de Conservação Diferidas	29.235,31	29.870,85
Total	36.387,63	38.324,51
Passivos:		
(.....)		
(.....)		
Total	-	-

12 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31-12-2018			31-12-2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Adiantamentos ao Pessoal	0,00	2.772,64	2.772,64	0,00	5.272,64	5.272,64
Outros Devedores	0,00	156.122,12	156.122,12	0,00	242.994,26	242.994,26
Total ativo	-	158.894,76	158.894,76	-	248.266,90	248.266,90

Representados pelas contas abaixo discriminadas:

E.N. Electricidade do Norte (Caução)	5,23€
Proder – Apoio Domiciliário	1.203,79€
IGFSS – Equipa do RSI	7.941,12€
IGFSS – Cantina Social	1.162,50€
I.E.F.P. Centro Emprego de Lamego	55.079,07€
Adiantamentos ao Pessoal	2.772,64€
Rendas a Receber	460,70€
POISE candidatura 03-4538-fse-000385	90.269,71€



A

Handwritten signatures in blue ink

Fundos, Resultados Transitados e Outras variações nos capitais próprios

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.049.141,53	15.744,50	-	1.064.886,03
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	583.306,59	-	(18.433,20)	564.873,39
Total	1.632.448,12	15.744,50	(18.433,20)	1.629.759,42

13 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Período					
	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Empréstimos bancários	844.962,15	234.455,98	1.079.418,13	634.249,48	269.397,02	903.646,50
Contas caucionadas	-	223.430,49	223.430,49	77.930,49	145.500,00	223.430,49
Letras descontas	-	-	-	-	-	-
Locações financeiras	4.225,08	9.063,39	13.288,47	19.321,25	15.501,57	34.822,82
Contas de dep. Ordem a descoberto	-	-	-	-	-	-
Conta Corrente Factoring	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Totais	849.187,23	466.949,86	1.316.137,09	731.501,22	430.398,59	1.161.899,81

13.1 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Financiamentos obtidos (não inclui locações financeiras - ver nota própria)	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos até 1 ano	466.949,86	436.859,81
Passivo corrente	466.949,86	436.859,81
Pagamentos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	849.187,23	725.040,00
Pagamentos mais de 5 anos	-	-
Passivo não corrente	849.187,23	725.040,00
Totais	1.316.137,09	1.161.899,81



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

Garantias prestadas: consignação de receita da Segurança Social no empréstimo relativo à reestruturação financeira, concedido pelo FRSS- Fundo de Reestruturação do Setor Solidario.

14 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c	156.224,88	139.115,37
Totais	156.224,88	139.115,37

15 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos	31-12-2018			31-12-2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Pessoal						
Remunerações a pagar	0,00	6.339,30	6.339,30	0,00	8.007,97	8.007,97
Fornecedores de Investimento	0,00	950,00	950,00	0,00	950,00	950,00
Credores por Acrescimos de gastos	0,00	257.329,91	257.329,91	0,00	234.542,08	234.542,08
POISE-Subsidio Atribuido	0,00	20.169,86	20.169,86	0,00	60.478,28	60.478,28
Utentes Diversos do Lar	0,00	7.378,95	7.378,95	0,00	5.787,64	0,00
Total ativo	-	292.168,02	292.168,02	-	309.765,97	303.978,33

Discriminação dos valores associados a esta rubrica:

Pessoal (Remunerações liquidadas no inicio de Janeiro de 2017)	6.339,30€
Fornecedores de Investimento	950,00€
Ferias e Liquidar e Encargos c/ferias	257.329,91€
POISE-Subsidio atribuido RLIS-SAAS e ainda não Transferido	20.169,86€
Creditos de Utentes do Lar	7.378,95€



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

16 Venda e prestação de serviços

As vendas efetuadas no mercado interno, tem a seguinte composição:

RUBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Mercadorias	1.577,87	4.007,35
P.Acabados	0,00	0,00
Subprodutos	0,00	0,00
Rédito	1.577,87	4.007,35

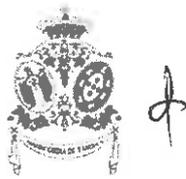
As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela ESNL:

Prestações de serviços	31-12-2018	31-12-2017
Acção Social	966.814,26	927.887,38
Saude	554.988,15	556.215,05
Outras Atividades	9.458,22	6.937,00
Volume de negócios	1.531.260,63	1.491.039,43

17 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Subsidios		
Centro Regional Seg.Social	981.007,16	930.909,59
Subsidios Outras Entidades	83.063,29	210.171,64
Doações		
Legados à exploração		
Totais	1.064.070,45	1.141.081,23



Santa Casa da Misericórdia de Tarouça
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

18 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Periodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Trabalhos especializados	26.954,44	33.805,18
Publicidade e propaganda	4.548,24	5.597,90
Vigilância e segurança	1.838,53	1.596,38
Honorários	164.539,38	142.898,73
Conservação e reparação	38.715,42	35.921,72
Despesas C/Serviços Bancários	11.753,87	10.292,35
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.654,34	10.493,17
Material de escritório	15.204,10	19.673,50
Artigos para oferta	4.549,46	2.849,13
Outros	8.154,01	9.600,26
Eletricidade	66.112,54	59.077,85
Combustíveis	50.171,48	50.026,37
Água	575,62	586,94
Deslocações e estadas	7.635,55	6.217,00
Transportes de pessoal	570,00	0,00
Rendas e alugueres	30.350,68	29.433,08
Comunicação	28.521,67	27.622,65
Seguros	13.967,16	15.349,91
Contencioso e notariado	6.910,63	833,06
Despesas de Coloquios e Eventos	4.984,15	5.646,41
Limpeza, higiene e conforto	43.421,64	49.234,31
Outros	8.944,65	12.650,49
Total	545.077,56	529.406,39

19 Gastos com pessoal

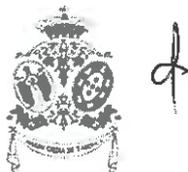
O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente “12”

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 31/12/2018 foi de “141” e em 31/12/2017 foi de “144”.

Também teve a participação de 10 Voluntárias.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



[Handwritten signatures in blue ink]

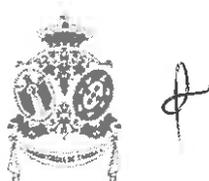
Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remuneração do pessoal	1.432.138,52	1.364.630,47
Benefícios pós - emprego	2.857,01	9.273,92
Encargos sobre remunerações	288.411,58	282.940,11
Seguros	18.052,34	12.642,02
Gastos com ação social	60.112,57	57.160,00
Outros gastos com pessoal	6.421,24	7.697,13
Total	1.807.993,26	1.734.343,65

20 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	4.703,38	3.826,74
Descontos de pronto pagamento obtidos	46,41	0,02
Ganhos em inventários	1.371,29	725,91
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	5.868,47	5.553,40
Subsídios não reembolsáveis		
Outros	95.459,48	182.177,89
Total	107.449,03	192.283,96



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

21 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	5.681,37	2.142,75
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	30,00
Perdas em inventários	2.520,39	1.929,53
Outros	5.864,50	3.577,49
Total	14.066,26	7.679,77

22 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Juros obtidos	16,23	10,17
Total	16,23	10,17

23 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados	24.126,61	26.537,64
Total	24.126,61	26.537,64



f

Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2018

24 Acontecimentos após a data do balanço

24.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Mesa Administrativa da Entidade no dia 25 de Fevereiro de 2019. No entanto os membros da Instituição poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

24.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

25 Divulgações exigidas por diplomas legais

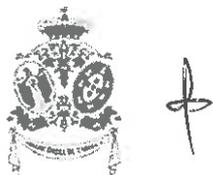
A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Conforme exigido no paragrafo 47 da NCRF nº 1 aplicável a esta entidade por força artº9º - E do Dec- lei nº 158/2009 de 13 de julho, na sua redação atual, Mesa administrativa, face ao prejuízo verificado neste exercício ponderou as expectativas futuras, e concluiu:

A atividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, tem um cariz social de importância fundamental na nossa sociedade, especialmente neste concelho por razões evidentes, quer na área da saúde, cuidados continuados, nos cuidados com a assistência à terceira idade, e na infância, quer no apoio à família e enquanto empregadora, o equilíbrio familiar que isso, significa.

Temos assim a expectativa futura da necessidade dos nossos serviços, mas também sabemos que a sua procura vai aumentar, pelo que isso se traduzirá num aumento dos rendimentos,



contando para isso com o alargamento da área dos cuidados de saúde, crescimento das valências de índole de apoio social, comparticipadas pelo Estado.

Paralelamente este aumento de nível de atividade será acompanhado por um cuidado acrescido na racionalização de recursos disponíveis, quer ao nível dos gastos com pessoal quer dos consumos.

Dado o nosso comportamento financeiro, com o cumprimento escrupuloso dos nossos compromissos esperamos continuar a obter o apoio das instituições que nos têm apoiado.

26 Outras informações

A Entidade não tem ativos restringidos.

27 *Termo de responsabilidade*

A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2018, para além dos factos mencionados em anteriores notas

Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;

- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.



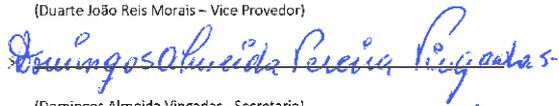
A Mesa Administrativa



(Rui Fernando Guedes Raimundo - Provedor)



(Duarte João Reis Morais - Vice Provedor)



(Domingos Almeida Vingadas - Secretario)

(Domingos Almeida Vingadas - Secretario)



(Adelaide Margarida Lopes Guedes de Melo - Tesoureiro)

(Adelaide Margarida Lopes Guedes de Melo - Tesoureiro)



(Carla Paula da Silva Cardoso - Mesario)

(Carla Paula da Silva Cardoso - Mesario)



(António Lucas Cardoso Pereira - Mesario)

(António Lucas Cardoso Pereira - Mesario)



(Tarcísio do Carmo Pereira Pinto - Mesario)

(Tarcísio do Carmo Pereira Pinto - Mesario)



(Diorino da Conceição Lopes Cardoso - Mesario)

(Diorino da Conceição Lopes Cardoso - Mesario)



(Maria Paula Martins Amorim - Mesario)

(Maria Paula Martins Amorim - Mesario)



(Vasco Manuel Guedes Teixeira - Mesario)

(Vasco Manuel Guedes Teixeira - Mesario)



(José Duarte Santos Assunção CC nº 19.336)

O Contabilista Certificado:

(José Duarte Santos Assunção CC nº 19.336)

Mês: Regularizações

Contas Movimentadas:

Não

Detalhado: Não

Conta	Descrição	Valor Inscrito	Valor Corrigido	DuoVencidos	DuoMês	Saldo Conta	Desvio	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	374.800,00	374.800,00	374.800,00	0,00	427.543,94	-52.743,94	-14,07
62	Fornecimentos e serviços externos	528.300,00	528.300,00	528.300,00	0,00	545.077,56	-16.777,56	-3,18
63	Gastos com o pessoal	1.742.645,00	1.742.645,00	1.742.645,00	0,00	1.807.993,26	-65.348,26	-3,75
64	Gastos de depreciação e de amortização	118.000,00	118.000,00	118.000,00	0,00	127.532,39	-9.532,39	-8,08
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	3.058,34	-3.058,34	-100,00
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do período *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	7.750,00	7.750,00	7.750,00	0,00	14.066,26	-6.316,26	-81,50
69	Gastos e perdas de financiamento	26.000,00	26.000,00	26.000,00	0,00	24.126,61	1.873,39	7,21
Totais:		2.797.495,00	2.797.495,00	2.797.495,00	0,00	2.949.398,36	-151.903,36	-5,43

Mês: Regularizações

Contas Movimentadas:

Sim

Detalhado: Não

Conta	Descrição	Valor Inscrito	Valor Corrigido	DuoVencidos	DuoMês	Saldo Conta	Desvio	%
71	Vendas *	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	1.577,87	2.422,13	60,55
72	Prestações de serviços *	1.469.000,00	1.469.000,00	1.469.000,00	0,00	1.531.260,63	-62.260,63	-4,24
74	Trabalhos para a própria entidade	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00	6.633,66	366,34	5,23
75	Subsídios, doações e legados à exploração *	1.112.714,26	1.112.714,26	1.112.714,26	0,00	1.064.070,45	48.643,81	4,37
78	Outros rendimentos e ganhos	240.241,23	240.241,23	240.241,23	0,00	107.449,03	132.792,20	55,27
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	500,00	500,00	500,00	0,00	16,23	483,77	96,75
Totais:		2.833.455,49	2.833.455,49	2.833.455,49	0,00	2.711.007,87	122.447,62	4,32